



Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Bolko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 90.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1993
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Ernani Pudell e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinatti, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de Votação e Votação Nominal ao Projeto de Lei nº 44/91, de sua autoria, que dispõe sobre o Serviço Público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, nos termos do art. 146

da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das proposições constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3678

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Leopoldo Klein, aos 95 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos que o conheciam. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Laércio Francisco Pupo Paz, ocorrido no dia 23 próximo passado, na cidade de Imbituva-Pr.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, à Rua Xavier da Silva, s/nº - Imbituva-Pr.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Laércio Francisco Pupo Paz atuou intensamente na área da Indústria Madeireira. Sua vida foi pautada de virtudes e bons exemplos que ele deixa para os que com ele conviveram, para amigos e familiares deixa uma lembrança e uma imagem que jamais será esquecida.

REQUERIMENTO Nº 3683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marlene Granzoto, falecida no dia 26 de setembro próximo-passado, no Municí-

pio de Francisco Beltrão/Pr, bem como o envio de expediente a família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Marlene Granzoto foi uma dedicada professora do Município paranaense de Francisco Beltrão, onde soube conquistar a estima e a amizade de seus alunos e de toda a comunidade. Ao longo dos mais de 30 (trinta) anos que residiu em Beltrão, a Senhora Marlene Granzoto sempre teve uma conduta impecável, destacando-se como cidadã das mais atuantes em prol dos mais necessitados, e com participação de destaque nos movimentos religiosos da cidade.

REQUERIMENTO N° 3684

Senhor Presidente.

A Deputada que a presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento da Sra. Dolly Jess Torresin, à sua família, em nome de Hanne Torresin, Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, Rua Prof. João Cândido, n° 1114, Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti e Heinz Herwig

JUSTIFICATIVA:

A manifestação deste voto de pesar deve-se ao fato da Sra. Dolly Torresin ter tido grande importância para a Educação da região Norte do Paraná, onde morou desde que chegou ao Brasil, no ano de 1933, junto com o seu marido, já falecido, Hans.

A professora Dolly Jess Torresin era natural de Kiel, Alemanha. Naturalizou-se brasileira, pois entendia que aqui era o seu País.

Inicialmente, foi residir com sua família em uma fazenda, na cidade de Bela Vista do Paraíso, onde fundou uma escola de datilografia, outra instituição de ensino e um conservatório musical.

Com a morte de seu marido, transferiu-se para Londrina, onde em 1963 passou a trabalhar como professora na rede pública. Depois entrou para o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, onde desde 1966 exerceu os cargos de diretora executiva e de cursos, transformando-o na mais importante e respeitada escola de inglês da região, sem falar dos cursos de francês, alemão, italiano e espanhol - freqüentados por milhares de estudantes.

Cristã, a professora Dolly Torresin dedicava-se à música e à poesia, tendo na juventude praticado esportes. Determinada, trabalhava incansavelmente para ver reconhecida a importância do conhecimento, da Educação. Sem dúvida, uma lição que legou

à sua legião de alunos.

Era Cidadã Benemérita de Londrina, título concedido em 1982.

Teve três filhos: Gunter (falecido), Hanne e Helga, que lhe deram 12 netos e 13 bisnetos.

REQUERIMENTO N° 3687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Guarize, ocorrido nesta Capital dia 20.09.93.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 62 anos faleceu, nesta Capital, o Sr. Francisco Guarize.

O extinto deixa viúva Dona Eunice e seis filhos.

O passamento de Francisco Guarize veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Francisco.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Guarize endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 535/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Concede Título de Cidadão Honorário à Senhora Ercilia Alves dos Santos.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Pessoa de meu conhecimento e que leva minha mais alta consideração pelo trabalho social que vem desenvolvendo há muitos

anos no bairro onde mora, Cidade Industrial, com pessoas carentes, a Senhora Er-
cília Alves dos Santos, nascida no Estado
de Pernambuco, município de Bom Conselho,
em 15 de abril de 1927, de seus descendentes
Veio para o sul tentar vida melhor,
estando no Estado de São Paulo, chegando
no Paraná viveu em Cidade Gaúcha, Douradi-
na, Serra dos Dourados, Nova Olímpia e
instalando-se definitivamente em nossa Ca-
pital em 1980.

O casamento com o Senhor Arlindo
Ferreira da Silva, que exerce a função de
vendedor ambulante e auxiliar de pedreiro,
teve 11 filhos, dos quais 7 homens e 4 mu-
lheres, agremiações esportivas do país.

A luta e a coragem vivida pela senhora
Ercília no decorrer de sua vida, e com
muita disposição para continuar seu bonito
e necessário trabalho junto à família e
principalmente à comunidade, nos faz soli-
citar tal honraria que é por demais mere-
cedora. Rodovia PR-519, que liga Bandai-
rante. Nos exemplos de pessoas humildes e
trabalhadoras que fazem questão de ajudar
o próximo, quando muitas vezes não conse-
guem o próprio sustento, mas estão sempre
pensando em seu semelhante, é o que faz
acreditar em um mundo melhor e mais huma-
no.

PROJETO DE LEI Nº 536/93

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

Art. 1º - Concede Título de Cidadão
Honorário ao Senhor Estanislau Alves Ri-
beiro. 2º - Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Nosso homenageado, Senhor Estanislau
Alves Ribeiro, nascido em Papanduva, Esta-
do da Santa Catarina, em 27 de maio de
1922, é um dos nossos exemplos de traba-
lhadores incansáveis; integrar essas pes-

soas. Sua luta começou muito cedo, enfren-
tando uma dura realidade aos 8 anos de
cidade, quando foi abandonado por seus
pais. Só passou a morar em casas de pes-
soas estranhas, indo trabalhar na lavoura
para se manter e retribuir às pessoas que
lhe davam moradias.

Hoje com 71 anos, como tantos traba-
lhadores brasileiros, não possui um pedaço
da terra, que muito aprendeu a cuidar e
delatirar seu sustento. Trabalha de sol a
sol, há 16 anos é agregado em um mesmo lo-
cal, Potreirinho, Bocaiuva do Sul, o que
vem provar sua honestidade, lealdade e
competência, sem desanimar levar em frente
sua vida humilde e pesada.

DECRETA:

Enfim, tudo o que se apresenta faz ser
ainda pequena esta homenagem, diante de
tanta força e trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 537/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Concede Título de Cidadão
Benemérito ao Senhor Delfino Dalto Santos.

JUSTIFICATIVA:

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Nosso agraciado, Delfino Dalto dos
Santos, é nascido em 11 de julho de 1935,
município da Lapa, casado com a senhora
Francisca Mendes dos Santos, com a qual
teve 13 filhos, dos quais atualmente 11
estão vivos.

Possuidor de uma propriedade de 35 al-
queires, onde planta milho, feijão, bata-
ta, cebola, arroz, trigo, cereais, etc., e
que atinge anualmente a média de 1500 sa-
cas de batatas, 1000 sacas de milho e 1000
sacas de cebola, demonstrando ser um lati-
fundário consciente e produtivo, traba-
lhando incansavelmente e valorizando o que
aprendeu a amar, ou seja sua terra.

Não vamos nos prolongar em dizer jus-
tificativamente, aos nobres colegas, que
esta honraria é por demais merecida. Con-
tamos com o apoio de todos.

PROJETO DE LEI Nº 538/93

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na

DECRETA:

Art. 1º - Concede Título de Cidadão
Benemérito ao Senhor José Fernando Macedo.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O senhor José Fernando Macedo, nasceu

em Curitiba a 30 de julho de 1948.

Filho de Eurico Portugal Macedo e Ma-
tilda Eligia Macedo, casou-se com Haydée

Maria de Almeida Coelho Macedo, gerou 2

filhos, Gabriele e Rodrigo.

Formado em 1977 pela Faculdade Evangé-
lica de Medicina do Paraná, com vários

cursos de especialização, pós-graduação e
mestrado em Cirurgia Cardio-Vascular.

É o atual Presidente da Associação Mé-
dica do Paraná, onde goza de um profundo

respeito profissional em nossa Capital.

O nosso digno homenageado tem um folha

invejável de trabalhos prestados a comuni-

dade curitibana, atendendo pacientes de todas as faixas etárias dentro de sua competente especialidade. Profissional dedicado, o Dr. Macedo tem recebido inúmeros convites para proferir palestras no exterior, como França, Estados Unidos e outras localidades, na área de Cirurgia Vascular, numa confirmação de sua excepcional formação dentro da Medicina. Participou em março de 1991, do Congresso Francês de Patologia Vascular como convidado da Sociedade Francesa de Cirurgia Vascular, ministrando aulas sobre "Cirurgia de Varizes". Atuou também como Coordenador de Palestras para comunidade, no biênio de 1991/93. Participou como convidado brasileiro no Encuentro Hispano-Americano III, realizado em Miami, nos dias 02 a 05 de junho próximo passado, para proferir palestras na área de sua atuação. Atua em vários hospitais de nossa capital, acompanhando seus pacientes que o procuram em todas as circunstâncias, médica e social.

Prestativo e incansável, o Dr. Macedo atende seus pacientes também em seu consultório particular, situado à Avenida Visconde de Nacar, 865, no centro da cidade. Participa de Programas da Rádio Educativa duas vezes por semana, em horários especiais, a fim de levar informações médicas à comunidade leiga de nossa região.

Ao indicarmos o nome do Dr. José Fernando Macedo para figurar junto aos consagrados com o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, acreditamos ser esta uma justa e merecida homenagem, que servirá como recompensa pelos serviços prestados, e aos que virão a seguir em sua promissora carreira, especialmente a seus familiares, os quais sentir-se-ão honrados com tão significativa lembrança.

Este é o perfil curricular de quem é nascido em Curitiba, e nunca abandonou nossa cidade, sendo motivo de respeito e admiração. Por estas e outras razões é que submetemos à apreciação desta Casa o presente Projeto e gostaríamos de contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 539/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Concede Título de Cidadão Benemérito ao Senhor Afonso Wendrechowiski.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Afonso Wendrechowiski, nascido em 18 de agosto de 1931, em Balsa Nova, Paraná,

que na época era uma localidade do município de Campo Largo.

Filho do senhor Ladislau Wendrechowiski e senhora Rosa Wendrechowiski.

Chegou em Rio Branco do Sul com seus pais no ano de 1938 e fixaram residência na localidade de Lavrinha, onde estudou o primário e uma das coisas que marcou sua vida é que diariamente preparava um cavalo para a professora deslocar-se até a escola.

Na sua juventude trabalhava na lavoura junto com os pais e mais tarde com 23 anos, trabalhou na fundação da companhia de cimento, sendo um dos primeiros funcionários. Saindo desta companhia voltou a trabalhar na lavoura, e ao mesmo tempo mantinha outras atividades, como açougueiro, carpinteiro e maroeiro. Nesta época conheceu Terezinha Floriano Artigas, com quem namorou por 4 anos, vindo a se casarem no ano de 1957, desta união tiveram 8 filhos: Osvaldo, Roseli, Inez, José Maria, Ana Maria, Antonio e João. Trabalhando como maroeiro sofreu um acidente vindo a perder uma de suas vistas, conseguindo daí uma pequena aposentadoria, porém não suficiente para o sustento da família. Com a ajuda de seus filhos e muito sacrifício, fazia suas pequenas lavouras.

Em 1986 conseguiu realizar seu sonho, adquiriu um "Jeep", sonho este realizado com muito trabalho, esforço e perseverança.

Hoje com 62 anos de idade, o senhor Afonso e a senhora Terezinha, um casal muito simpático, continuam morando na mesma localidade, sendo um exemplo de vida para os seus filhos e netos.

Seu passatempo predileto é reunir a família e brincar com os netos.

Este é, em poucas palavras, o relato de uma vida que foi pautada pelo trabalho e honestidade.

PROJETO DE LEI Nº 540/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada " TSUNETO MATSUBARA", o Trecho da PR-519, que liga Bandeirantes a Águas Yara.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Nelson Garcia, Heinz Herwig e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Tsuneto Matsubara, nasceu em 06.05.47, filho de Tabeo Matsubara e Isaura Sakai Matsubara, pioneiros do Norte do Paraná, que aqui chegaram com as primeiras levadas

de imigrantes japoneses. A família Matsubara iniciou seus trabalhos na lavoura de café, dedicando-se, posteriormente, ao cultivo do algodão.

Grças à tenacidade de seus descendentes transformaram-se em próspero empresário no setor algodoeiro e agro-pecuária.

Tsuneto Matsubara foi líder de uma nova geração de descendentes nipônicos, tendo sido diretor financeiro da Algodoeira Matsubara.

O esporte também, contou com sua participação ativa como diretor da sociedade esportiva Matsubara, no início de suas atividades, hoje reconhecida como uma das grandes agremiações esportivas do país.

A morte veio colher Tsuneto Matsubara, em plena atividade, em 24.07.82, quando muito, ainda, tinha a dar ao Estado do Paraná, como empresário e esportista.

Nada mais justo, que atribuir a um legítimo representante da colônia japonesa, o nome da Rodovia PR-519, que liga Bandeirantes a Águas Yara, como tributo aos que chegaram e ajudaram a construir a riqueza do Norte do Paraná, vindos do longínquo Oriente.

PROJETO DE LEI Nº 541/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A "Casa de Recuperação Nova Vida" é uma sociedade civil de direito privado, de caráter sócio-religioso.

A "Casa de Recuperação Nova Vida" tem por finalidade recuperar física, psíquica, espiritual e moralmente os farmacodependentes e alcoolistas; integrar essas pessoas numa vida normal, ajustada, responsável e feliz uma Nova Vida; conscientizar a comunidade das terríveis conseqüências advindas pelo uso das drogas.

A entidade em tela é uma sociedade filantrópica, sem fins lucrativos e não faz distinção de cor, raça, condição social, credo político ou religioso.

Sendo assim, contamos com a aquiescência dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 542/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Curitiba, segunda, em 27.09.93

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila Nova Conquista - CIC", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila Nova Conquista - CIC é regida sobre a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para prestações de serviços sócios comunitários aos moradores e comunidades circunvizinhas.

Fundada em 15 de junho de 1989, a Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila Nova Conquista tem por finalidades principais o estudo dos problemas relativos à melhoria e adaptação do meio ambiente urbano, desenvolver as atividades recreativas, sociais e esportivas assistenciais, culturais e tudo o que estiver ao seu alcance.

Diante do exposto solicitamos o apoio desta Proposição pelos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 543/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava - ASMIRIN, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Miringuava, designada abreviadamente pela sigla "ASMIRIN", tem sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, é constituída com o objetivo de defender os interesses sociais, cívicos e culturais da comunidade que abrange, bem como propugnar pelo bem-estar de todos.

Sendo assim, contamos com a aquiescência dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 544/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o "Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bolsão do

Sabarã", com sede e foro na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Bolsão Sabarã, fundada em 15 de abril de 1992, tem por finalidade a proteção da criança e do adolescente e sua defesa contra toda espécie de violência.

A proposta, de declaração de Utilidade Pública a esta entidade, vem reconhecer o esforço de pessoas destinadas a prestar atendimento e orientação às crianças e adolescentes, visando um trabalho harmônico e integrado, em prol da defesa dos seus interesses e direitos.

Sendo assim, de relevante importância a medida proposta, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 545/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a "Associação de Moradores do Jardim Maria Angélica I e II", com sede e foro no Município de Curitiba-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente Associação, fundada em 13 de maio de 1985, pelos moradores e amigos do Jardim Maria Angélica I e II, organizada e regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade exclusiva para dar atendimento cultural, educacional e social aos seus associados e familiares e circunvizinhos.

Para o que, solicitamos o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 546/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Ulisses Guimarães", com sede e foro em Curitiba-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade de moradores, fundada em 21 de março de 1993, organizada e regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade exclusiva em dar atendimento educacional, cultural e social, aos seus associados e circunvizinhos do bairro.

Estamos empenhados em conseguir o apoio de nossos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 547/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Ouro Verde", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação, que ora propomos a declaração de Utilidade Pública, foi organizada por Moradores e Amigos do Jardim Ouro Verde, em data de 1º de outubro de 1986, regida sob a forma de sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com fins únicos e exclusivos em dar atendimento educacional, cultural e social aos seus associados e familiares.

Pelo exposto, estamos pleiteando de nossos nobres pares desta augusta Casa de Leis, apoio para transformá-la em uma entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 548/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Martha", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade em pauta, fundada em 30 de março de 1991, por moradores da Vila Martha e circunvizinhanças, regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para dar atendimento educacional,

cultural e social aos seus associados e familiares.

Diante do exposto, solicitamos dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, seu apoio.

PROJETO DE LEI Nº 549/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos da Vila Sabará com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Sabará tem por finalidade incentivar a realização de benfeitorias dentro da região, com o objetivo de beneficiar os moradores locais, estimulando o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e associados no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade.

É pois um representante junto às autoridades, dos interesses gerais desta coletividade.

Tendo em conta a importância da medida proposta, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares da Casa.

PROJETO DE LEI Nº 550-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Jardim Urano", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Urano é uma associação civil fundada em 21/05/83.

São finalidades da Associação de Moradores do Jardim Urano congregar os moradores e amigos da referida vila, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos; estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos integrantes da Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade; representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias os interesses individuais de seus associados; manter serviços assisten-

ciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares; manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

Sendo assim, contamos com a aquiescência dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 551-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Igreja Evangélica", com sede e foro na cidade de Paranaquá-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro da realidade social e econômica, que vivem as cidades do interior brasileiro, as congregações religiosas exercem um papel importante nos setores de filantropia e assistência social, escalonando-se com as próprias atividades evangélicas.

Esse método, além de atrair a confiabilidade de seus integrantes, busca minorar o sofrimento alheio, especialmente na parte relativa a ensinamentos aos menores carentes ou não.

Vivendo na maioria das vezes, com resultados de campanhas internas a Igreja Evangélica "A Noiva de Cristo", sediada no bairro de Embaguaçu, na cidade de Paranaquá, tem nesses anos todos, dado a sua contribuição a própria coletividade, não só pelo trabalho que desenvolve com as crianças, mas também pela efetiva participação no sistema de auxílio às famílias carentes através de seus programas.

Por essa razão, já demonstrou perfeitamente sua condição pública de integração comunitária, e o projeto de lei ora proposto, nada mais reflete que a própria realidade, fazendo-se justiça em todos os sentidos a Igreja Evangélica "A Noiva de Cristo".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Horário das Lideranças.
PTB com a palavra.
O Deputado Mário Bezerra usará o Horário do PTB.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu tenho em mãos, ainda a respeito do assunto de superfaturamento de helicópteros, um relatório intitulado Relatório Final de Decisão, protocolado sob número

1.357.373, já amplamente divulgado pela imprensa, formulado pelo Procurador-Geral do Estado, Carlos Frederico Marés, pelo Secretário de Estado da Administração, Luis Gastão de Alencar Franco de Carvalho e o Ouvidor-Geral João Olivir Gabardo.

O interessante desse relatório, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o nº de protocolo é o mesmo do protocolado em 04 de janeiro desse ano que é constante do Relatório Final e Conclusivo da Comissão Especial Designada pelo Senhor Governador para apurar o superfaturamento de helicópteros. Não sei porque cargas d'água essa nova comissão protocolou sob o mesmo número daquele do dia 04 de janeiro desse ano, cujo número é 1.357.373.

O mais incrível, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que esse segundo relatório destoa completamente do primeiro relatório elaborado pelo Dr. Paulo Moacir Rocha, que foi o Presidente, na época, dessa comissão designada pelo Senhor Governador, do Luiz Carlos Caldas, Procurador do Estado e Iara Cristina Einsebach, Advogada da Ouvidoria-Geral do Estado, José Renato de Azevedo, técnico em Contabilidade. Esse pessoal elaborou um relatório, acredito sério, no final do ano passado, protocolou sob esse número 1.357.373 o relatório para posteriores providências, porque era conclusivo.

Após a imprensa ter divulgado com estardalhaço a culpabilidade daqueles que manipularam recursos para a compra de helicópteros, o Governo resolveu, a toque de caixa, elaborar um outro relatório sob o mesmo número.

O mais incrível, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que decorrido o prazo de janeiro, fevereiro, março e um pedaço de abril, eu pedia naquela ocasião, cópia do relatório que os procuradores haviam elaborado junto à Casa Civil. E o teor do meu requerimento, à época, para que os Senhores Deputados tomem conhecimento, diz o seguinte:

(Lê requerimento, conforme fotocópia anexa).

SÚMULA: PEDE INFORMAÇÕES ao Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná a respeito da Comissão de Investigação de Denúncias de Superfaturamento na compra de helicópteros.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja enviado ofício ao CHEFE DA CASA CIVIL do Governo do Paraná, solicitando relatório sobre os resultados levantados, até o presente momento, pela Comissão de Investigação de Denúncias de Superfaturamento na compra de helicópteros, constituída pelo próprio Governador.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.04.93.

(a) MÁRIO BEZERRA GUIMARÃES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Como poder fiscalizador, o Parlamento deve estar atento às ações do Poder Executivo.

Esse meu requerimento deu entrada no dia 13 de abril e no dia 19 foi protocolado e recebido pela Casa Civil, mas no dia 21, após eu dar entrada na Mesa com uma petição tomando providências por desobediência do Governo na resposta à nossa solicitação, eles me mandaram um ofício, assinado pela Maria Marta Renner Lunardon, Procuradora Geral do Estado em exercício, com a seguinte resposta: (Lê):

"Curitiba, 20, de maio..."

Ofício nº 119/93 - PGE

Curitiba, 20 de maio de 1993.

Senhor Diretor Geral:

Em atenção ao ofício 1490/93 da Assembléia Legislativa e despacho proferido no protocolado nº 1.526.494-2 tenho a informar que não foi elaborado, até o momento, relatório decisivo por parte das autoridades que determinam a instauração de sindicância para apurar as denúncias oferecidas pelo Delegado Anibal Bassan Júnior.

Muito embora se possa afirmar, desde logo, que inocorreu superfaturamento na aquisição de helicópteros por parte do Estado do Paraná, pela própria complexidade da matéria, ainda não foram completamente analisados os quesitos suplementares formulados à Comissão, para que pudesse ser enviado relatório final ao Senhor Governador do Estado.

Atenciosamente.

(a) MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON
Procuradora Geral do Estado
em exercício.

AO SR.

DOUTOR MAURO ROCHA

Diretor Geral da Casa Civil

PALÁCIO IGUAÇU

É incrível, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mas no dia 20 de maio, eles me remeteram este ofício, exatamente na data em que um novo relatório estava sendo entregue junto ao Governador.

Mentiram duas vezes! Porque já existia o 1º relatório, protocolado em 4 de janeiro.

O 2º Relatório estava pronto, também, no dia 20 de maio. Mas, sonegaram a informação à Assembléia Legislativa. Então, o assunto é grave Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço uso da Tribuna para desde já fazer a comunicação verbal à Comissão de Fiscalização da Assembléia, para que na próxima quarta-feira, depois de amanhã, possamos nos reunir no meu gabinete, nº

501, para tomarmos as devidas providências, porque a Comissão de Fiscalização é o Órgão da Assembléia Legislativa que fiscaliza atos do Governo. Vamos solicitar uma série de documentos, e dentre eles os procedimentos licitatórios e os dois relatórios elaborados pelo Governo.

A partir daí, então, iremos formular convites para que os Procuradores que estão envolvidos nestes dois procedimentos possam esclarecer à Assembléia Legislativa, a verdade. Porque alguém está mentindo! E tenho certeza de que os Procuradores que elaboraram o primeiro relatório, não mentiram. O grande pecado deles, para o Governo, foi constar a verdade no relatório! Escondido durante mais de 4 ou 5 meses e que, finalmente, veio até esta Assembléia!

Então, vamos promover, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, junto à Comissão de Fiscalização, os procedimentos necessários para buscarmos a verdade, em tempo recorde. Também iremos, de hoje para amanhã, conversar com o Delegado da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio Público para acompanharmos o inquérito policial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, consultamos à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para registrar, para nossa surpresa e para surpresa do magistério do Paraná, obviamente não seria tanto para surpresa, mais para caracterizar o descontentamento no qual vive o magistério paranaense, nós tivemos, neste final de semana, a eleição da APP Sindicato. E o professor demonstrou a sua vontade de mudar a história, demonstrou a sua vontade de combater aqueles que ao invés de levarem uma luta em prol dos servidores da educação, procuravam se aconchavar com o poder, tentando criticar quem fez história junto à APP.

E, o professor do Paraná respondeu com mais de dois mil votos na frente, a vitória da Chapa OPA- Oposição dos Professores em Ação - em defesa da escola pública do Paraná.

Estamos apresentando, nesta oportunidade nesta Casa, Requerimento de Congratulação ao professor Mário Sérgio e à nova diretoria a ser empossada no dia 30 de setembro corrente, onde nós com certeza teremos no Magistério do Paraná uma nova história, uma nova combatividade, uma nova equipe de luta que com certeza dará de-

monstração da velha atividade, da atividade passada do nosso sindicato.

Nós estamos apresentando nesta oportunidade os votos de congratulações a esta que será com certeza a virada na história do Magistério do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PSDB, PMDB.

Declinam.

Encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 5 (cinco), de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Heinz Herwig e Nelson Justus, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 10 (dez), de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Tendo em vista o requerimento aprovado, a Presidência estará apreciando em votação em bloco, as proposições nº 023, 043/93, itens 01 e 02, da pauta.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 023/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 155/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que faculta aos professores integrantes do quadro próprio do magistério, optar por um segundo padrão através de aulas extraordinárias. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 043/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 018/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que estipula o horário de realização dos concursos vestibulares da admissão nas faculdades e universidades estaduais. Com

Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Refere-se a Veto Aposto ao Projeto 155/93, e Projeto de Lei 18/93.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Na Sessão anterior, foi aprovado um requerimento onde se colocava na ordem de votação, o Projeto nº 44/91.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Neivo Beraldin, estabelece o Regimento da Casa, que esses requerimentos são apreciados e valem especificamente para a sessão em que forem aprovados.

Nesse sentido, requerimento aprovado naquela Sessão, perdeu sua validade e um outro requerimento estará sendo apreciado, que pede preferência de votação e votação nominal para esse projeto. Esse requerimento será apreciado, tão logo tenhamos apreciado e votado os vetos.

O SR. NEIVO BERALDIN - Encaminhar a Vossa Excelência um requerimento pedindo preferência de votação para o 44/91. Encaminharei por escrito a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós já temos aqui, para que Vossa Excelência tenha conhecimento, de autoria do Deputado Hermas Brandão, um requerimento nesse mesmo sentido: preferência de votação e votação nominal ao Projeto de Lei nº 44/91.

O SR. NEIVO BERALDIN - Mas assim mesmo, o requerimento foi aprovado na sessão anterior.

Pergunto se tem preferência, sessão por sessão como já foi apresentado pelo companheiro então está valendo esse com preferência de votação ou ...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estará valendo se o Plenário aprová-lo. Caso o Plenário não aprove, o projeto será apreciado na ordem normal.

O SR. NEIVO BERALDIN - Vossa Excelência colocou em votação outro requerimento antes?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Do Deputado Hermas Brandão para que votássemos em bloco os vetos constantes da Ordem do Dia. Nada se referia ao Projeto 44/91.

A Presidência informa aos Senhores Deputados que para a rejeição dos vetos e conseqüente aprovação dos projetos, serão necessários 28 votos "não".

Votando "não" vota-se pela rejeição do Veto.

Votando "sim", vota-se pela aprovação do veto e conseqüente rejeição em definitivo dos projetos.

Os Senhores Deputados serão chamados pelo 1º Secretário, Deputado Ernani Pudell.

Votando "Não" - contra o veto.

Votando "Sim" - a favor do veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Ernani Pudell) - Proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Votaram 36 Senhores Deputados.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados: Antonio Annibelli, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk e Plauto Miró Guimarães para efetuarem a contagem dos votos.

(É feita a contagem dos votos).

Votaram 36 Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, 12 votos.

Pela rejeição do veto, 18 votos.

Branços, 4 votos.

Nulos, 2 votos.

Está rejeitado o Projeto e mantido o Veto.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de Votação para o Projeto de Lei Complementar nº 044/91. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar nº 044/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, nos termos do art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em votação.

Deputado Neivo, o Senhor vai usar a palavra para encaminhar à votação?

(Declina)

Não havendo parlamentares...

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - O Senhor vai encaminhar favoravelmente?

O SR. DR. ROSINHA - Vou encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Deputado Doutor Rosinha para encaminhar.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Se-

nhor Presidente, nós queremos encaminhar favorável a esse projeto uma vez que a proposta dele, como disse meu colega e companheiro de Bancada, Ernani Pudell na última sessão, visa romper os cartéis do sistema de transporte coletivo inter municipal do nosso Estado. Nós entendemos que essa ruptura se faz necessária, mas ainda é insuficiente, porque, pelo próprio Projeto em si, será mantida ainda uma boa parte dos monopólios. E nós desejamos que esse projeto seja aprovado hoje e que amanhã, através de emendas todos os Senhores Parlamentares possam contribuir democraticamente para que possamos democratizar a exploração do transporte coletivo de passageiros coletivo do nosso Estado.

Disse que é necessário a melhoria do transporte, e que essa melhoria só é possível através de concorrência sadia entre as empresas, e hoje, a própria legislação vigente não permite esse tipo de concorrência, tanto é que o monopólio é mantido e quem perde com isso são os passageiros do nosso Estado, se alguns dos Senhores Deputados viajarem de ônibus constatarão o péssimo atendimento que é dado principalmente em linhas curtas aonde os ônibus andam extremamente lotados, e muitas vezes os horários incompatíveis com a própria necessidade da população, mas compatíveis com o lucro obtido pelos Senhores empresários.

Escutei alegação outro dia de que nós temos que manter como está porque muitos desses empresários foram pioneiros a explorar as primeiras linhas do Estado do Paraná. Não negamos o pioneirismo desse empresário, mas nós acreditamos que boa parte deles já tiveram o retorno de todo investimento que fizeram até agora, inclusive superaram esses investimentos. E tal Projeto que está tramitando não é prejuízo a nenhum pioneiro, não traz prejuízo a nenhuma das empresas, simplesmente democratiza a exploração do transporte coletivo. Se algum empresário formular proposta concreta durante uma licitação, provavelmente, essas propostas serão analisadas e é lógico que ganhará o que apresentar a melhor proposta. E a melhor proposta não significa que algum empresário vai apresentar a melhor proposta. E a melhor proposta não significa que algum empresário vai apresentar propostas na qual ele leve prejuízo. Nós entendemos que essa concorrência deve se dar de maneira sadia. Essa competição tem que concorrer, porque se não existir não melhorará o transporte coletivo.

Às vezes algumas pessoas podem perguntar: Mas vocês do Partido dos Trabalhadores, que são socialistas, dizendo de competição? Pois é, alguns capitalistas é que estão fugindo da competição, isso é o que

se questiona. Justamente aqueles que defendem o livre mercado, que defendem a competição do mercado capitalista por que é que querem se proteger debaixo de legislação que lhe permitem o monopólio ou a caracterização do setor? Se querem competir como desejam, como dizem que querem o livre mercado, vamos fazer com que o livre mercado invista no transporte coletivo do nosso Estado, aprimorando, inclusive, o projeto de lei apresentado pelo Deputado Neivo Beraldin.

Alegar que transporte coletivo traz prejuízos, eu não acredito, é uma das raras empresas que percebem antes de executar o trabalho. Recebem em dinheiro vivo, não aceitando nem cheques, antes do passageiro embarcar ou antes de chegar-se ao ponto final. Significa receber a vista. É um dos empreendimentos mais lucrativos que existem e, por isso, que tem a mão nesse jarro de ouro não deseja a competição no mercado. Aí é que nós cobramos daquele que se diz realmente democrático, que defende a competição como ele vive defendendo, por que agora é contrário à livre competição, é contrário ao mercado livre.

Nós entendemos que esse projeto, apesar de ser insuficiente para ruptura desse monopólio, veio trazer o debate nesta Assembleia Legislativa e gostaríamos de vê-lo aprovado hoje para que amanhã todos os Senhores Deputados pudessem ter a oportunidade de, aí, sim, apresentar as emendas e defender abertamente as suas propostas para que a gente possa fazer do Estado do Paraná um Estado exemplar do transporte coletivo porque hoje falta muito para ser exemplar: falta em qualidade, falta em conforto, falta, inclusive linhas para algumas regiões do nosso Estado em razão de não ser feita a participação aberta e essas linhas ficam guardadas para mercado futuro desta ou daquela empresa.

Aqueles que são capitalistas de verdade que agora, então, votem pelo fim do monopólio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar contra o projeto de lei, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Chegamos nesta casa, depois de uma ausência de mais de quatorze anos, e verificamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que entre aqueles projetos de interesse dos Srs. Parlamentares da família do Paraná se incluíam diversos deles assentados nesta Casa por mais de um, dois ou três anos, entre os quais o projeto de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin que se

refere ao transporte intermunicipal, transporte do Estado do Paraná.

Recentemente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no nosso vizinho Estado do Rio Grande do Sul foi aprovado um projeto sobre o transporte coletivo intermunicipal e foi vetado pelo Sr. Governador Alceu Collares porque não traria benefício algum ao Estado do Rio Grande do Sul. E nós nesta tarde, Sr. Presidente, aqui estamos a discutir um projeto que mesmo aqueles que o defendem não dizem que um projeto ideal e que vai realmente beneficiar aquele que usa o transporte, que é o passageiro. Não há nesse conteúdo do projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, alguma cláusula que mostre que esta concorrência pretendida venha dar ao passageiro, ao usuário, uma diminuição no custo operacional da sua passagem.

Nós, acompanhamos de perto o Executivo que fomos da cidade de Ponta Grossa. Quem determina, quem faz o custo operacional da passagem é uma planilha de custos. O Governo tem na mão, através dos órgãos competentes, o gerenciamento desse preço de passagem.

E aqui na Capital, agora recentemente, nós verificamos que o Governo em uma disputa com a Prefeitura de Curitiba foi preciso o Judiciário intermediar e dar mostras, através de uma deliberação que deveria ser do Poder Executivo, do encontro da razão pelo qual o usuário paga aquilo que vale a sua passagem. Não é nenhum pote de ouro, como o ilustre Deputado que me antecedeu disse. Para ter uma linha de ônibus, é necessária uma infra-estrutura muito sólida, aonde vai, desde a infra-estrutura social, um pessoal qualificado, reciclado e treinado, vai ao seu termo de oficina, aparelhagem, indumentária, assistência técnica.

Pote de ouro, é aquele que ganha pelo prazer, que não investe e não atualiza nada, que mantenha a palavra. Mas, palavra neste Paraná, infelizmente, nós não estamos encontrando, uma palavra séria que diga que realmente nós queremos fazer alguma coisa em torno daquele que usa o transporte coletivo intermunicipal.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e imprensa, voto claramente a favor de continuar o estado como se encontra, porque não vimos até agora, e lá está o órgão competente do Estado, não vimos passageiro reclamando de coisa alguma, não vimos ninguém dizendo que o transporte coletivo é caro! Que traga alguém, realmente, nesta Casa, autor do projeto, aqueles reclamações da população que usa!

Assento-me com domicílio na região dos Campos Gerais. Lá se encontra a empresa Princesa dos Campos, há muitos e muitos anos atendendo parte do Paraná. Lá, nos

temos diariamente todas as linhas atendidas. E quando a demanda é maior, lá estão os ônibus extras. Posso falar pelo meu quadrante, como acredito que a maioria, desta Casa, que vai votar contra este projeto, falará pelas suas partes, do Paraná. A região dos Campos Gerais está muito bem assistida pela Princesa dos Campos e pelas outras empresas que ali se assentam. Não será agora que qualquer outra empresa, a ser ali instalada, dará condições melhores que aquelas que ali se encontram.

E nós estamos aqui, Senhor Presidente e Srs. Deputados, dizendo que realmente o interesse maior é o passageiro. E pelo passageiro bem atendido é que nós votamos contra este projeto de lei do ilustre Deputado Neivo Beraldin. E assim, pediria à maioria desta Casa, se no dia de manhã nos trouxesse um Projeto que realmente beneficiasse aqueles que usam ônibus, nós estaremos discutindo, e se realmente formos convencidos, estaremos prontos a aprová-lo, para não fazermos deste Parlamento o que ocorreu no Rio Grande do Sul, quando o Governador vetou o projeto aprovado por aquela Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste Poder Legislativo, do ex-Deputado Estadual e hoje Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, e do ex-Prefeito de Maringá, Ricardo Barros.

Para falar a favor da aprovação do projeto, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

A propagação do Projeto do Deputado Neivo Beraldin vem merecendo por parte dos Srs. Deputados, por parte de empresários, especialmente de empresários, vem demonstrando uma preocupação muito grande. Tão grande que estes empresários vêm honrando esta Casa com suas presenças, continuamente. Inclusive, numa das Sessões anteriores, nos causou surpresa, ao tomar conhecimento de que estes Srs. empresários ficavam, inclusive, aqui expostos no corredor, aonde os Deputados passam com frequência. A preocupação dos Deputados, repito uma vez mais, é única e exclusivamente para se sanar, hoje, problemas ocasionados por falta de atendimento por parte do transporte que falta em muitos municípios do Estado do Paraná, especialmente em linhas rurais aonde nós pretendemos que no decurso de tempo haja um projeto definitivo aqui na Assembléia, aprovado pela Assembléia, que venha inclusive a proporcionar que os municípios do Estado tenham

transporte rural, porque transporte urbano dá um pouco de lucro e o rural é deficitário. Então, precisa-se conjugar o transporte urbano com o rural para que de uma vez por todas haja igualdade àqueles que precisam usar o transporte.

Mas o transporte do Sr. Deputado Neivo Beraldin merece, a princípio, o apoio desta Casa, porque não podemos em hipótese alguma aceitar que um projeto fique quatro anos aqui nos Anais da Casa, recebendo constantemente manifestações por parte do Neivo, pedindo a inclusão na pauta, pedindo que entre na Ordem do Dia para ser discutido e aprovado para o bem daqueles que usam o transporte.

O que nós precisamos é alertar esta Casa que além do projeto do Neivo Beraldin, existe uma mensagem do Sr. Governador que fala do transporte da região metropolitana, existe um outro projeto em andamento nesta Casa do Deputado Geraldo Cartário, enfim, existe certamente uma porção de emendas que os Deputados entrarão, ou na segunda votação, se for aprovado hoje o projeto do Neivo, ou outros projetos que aí estão. Não temos dúvida nenhuma com respeito a de que há de haver um projeto para que o povo não acompanhe na imprensa, toda a legislatura aparece aquele projeto falando do transporte coletivo e se levanta dúvidas quanto a honestidade dos Deputados no encaminhamento e na discussão do projeto do transporte.

Então, nós temos aqui Deputados da legislatura anterior que certamente já se preocupavam em resolver de uma vez por todas o problema do transporte.

Não foi resolvido na legislatura anterior e acho que nós nesta legislatura temos que ter a coragem e de uma vez por todas apresentarmos um transporte falando e outorgando a todos os empresários o direito de usufruir esse transporte durante 10, 20, 30 anos, sem que eles tenham que se preocupar de em toda a legislatura vir aqui pressionar, conversar com os Deputados.

Eu acho tudo isto um fato assim até lamentável, porque os Deputados muda Governo ou muda a legislatura dos Deputados e os empresários têm que vir aqui e começar a discutir e a falar sobre o projeto que o Deputado apresentou.

O que nós queremos é que seja apresentado, se não o projeto do Neivo, mas um outro projeto com a participação do Governo do Estado, com a participação inclusive até mesmo dos empresários, de todos os segmentos do transporte, vamos estudar e apresentar um projeto que dure pelo menos 20 anos, para que durante 20 anos os empresários saibam quantos ônibus tem que comprar, da sua capacidade, que eles fiquem tranquilos, intocáveis e que

eles digam, durante 20 anos nós temos esta concessão que nem Governador, nem Deputado poderá se deter na nossa empresa para não criar prejuízo à empresa e especialmente aos usuários do transporte coletivo, porque não podemos mais aceitar a coisa como aí está.

Acho que é o momento de refletirmos e de chamarmos talvez, fazer uma composição, com o Neivo Beraldin, com outros Deputados que têm projeto, com o Governador do Estado, e buscarmos, limparmos toda a Assembléia o que se fala de projetos de transporte, vamos chamar todos num só, e aí vamos ouvir o Sindicato, o Sindicato patronal, o Sindicato dos Trabalhadores, motoristas, cobradores, enfim, vamos fazer um projeto só que não haja mais, que não se levante dúvidas com respeito à capacidade que a Assembléia tem de aprovar e de modificar o transporte, que não haja dúvidas com o Governo do Estado, com os empresários, enfim, nós queremos solucionar de uma vez por todas o problema do transporte, porque os empresários que aqui estão... Não podemos aceitar. Eu dou o exemplo e certamente que os Deputados que aqui estão também poderão dar exemplo nas suas regiões. Eu não vou falar em termos de Paraná, porque eu faço parte de uma região, mas na minha região, que o Deputado Annibelli faz parte, Piên, não podemos aceitar mais, porque os vereadores daquela cidade, o prefeito, o prefeito de Agudos do Sul, não aceitam que o morador de Piên entre no ônibus para ir até Rio Negro e tem que descer na Areia Branca, que é na BR-116, mas ele pagou uma passagem quando embarcou lá em Piên, na empresa São Bento do Sul, ele pagou uma passagem até Curitiba, mas desceu no meio do caminho e teve que pagar outra passagem na Rio Unidas e dali, pagou até Mafra, quando só teria ido até Rio Negro. É um absurdo o que está acontecendo com os passageiros da minha região. Pagam a passagem em Piên, querem descer em Mandirituba, mas têm que pagar a passagem até Curitiba.

Eu pergunto aos empresários que aqui estão, aos Deputados que aqui estão: é justo que o trabalhador, o homem da zona rural, o operário de Piên ou Agudos do Sul que tem que ir até outro município para ser tratado, num hospital de Mandirituba, tem que pagar passagem até a cidade de Curitiba? Será que vai ficar como está? Por isso sou a favor e aceito em me aliar com o projeto do Neivo, certo que não é o projeto certo para o Paraná; precisa ser melhorado. O Projeto Neivo, entre muitas coisas, tem que ser de capacidade única do empresário. O político, o Neivo, eu, não pode entrar na vida própria da empresa e no Projeto Neivo ele entra demais no setor empresarial, quando teria que ficar mais

no setor político. Temos que analisar o projeto como um todo a favor do trabalhador, do operário, do morador, daquele que usa o transporte sem nos ater muito ao problema da empresa, porque a empresa tem seus encargos e a ela cabe resolver o problema sem a participação direta do meio político. Mas não podemos deixar a coisa como está. É brincadeira!

Quatro anos um projeto aqui e onde se inventam tantas formas como eu tenho inventado de não dar número aqui, porque achamos que pelo número de Deputados que estamos levantando, o projeto não será aprovado e nós usamos o meio democrático, que é de nos afastarmos do Plenário para que na outra sessão tenha número suficiente para aprovarmos esse projeto. Isso faz parte do jogo político aqui dentro da Assembléia.

Então, quando diziam na tribuna que a Bancada do PT, do PMDB estava fugindo, eu não soube fugir, não, porque fui um Prefeito que para enfrentar um transporte, o DSTC que era uma corrupção tremenda...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Um minuto para concluir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Tive que implantar o sistema de transporte gratuito, com 22 ônibus transportando 120 mil passageiros ao mês, gratuito, porque o maior adversário que eu tinha como Prefeito, era o DSTC, que era do Governo do Estado, não era propriamente um empresário e graças ao Governador Roberto Requião, então Prefeito de Curitiba, integramos o transporte de Curitiba com a Fazenda Rio Grande e graças ao Prefeito Jaime Lerner, que acompanhou e entendeu que não podia multar e graças ao Prefeito Rafael Greca hoje a Fazenda Rio Grande tem 15 mil passageiros ao dia. Embarcam lá na Fazenda Rio Grande, vêm até Curitiba e usam a passagem integrada, como se a Fazenda Rio Grande fosse um bairro de Curitiba e valeu a pena. Valeu a pena esse desafio, porque hoje os beneficiados são 15 mil passageiros da Fazenda Rio Grande que vêm para Curitiba.

Por isso é que vale a pena, Deputados, lutarmos, enfrentarmos esse desafio e discutirmos o projeto do transporte. Não pode ser isolado. Transporte da Região Metropolitana tem que fazer parte do projeto do transporte do Paraná inteiro, porque o Estado é um só e nós queremos um projeto só que dure, pelo menos, 20 anos, que os empresários não tenham que vir aqui discutir, conversar com os Deputados, porque o projeto que nós pretendemos que a Casa aprove, é um projeto que tem que durar pelo menos vinte anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar o projeto, contra a votação do projeto, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vim aqui agredir, gritar, vim aqui trazer minhas idéias. É um direito que me assiste ser contra; como é um direito que assiste de outros Deputados serem a favor. É um direito que acho constitucional do Deputado Neivo Beraldin se fazer seu projeto, de defender o seu projeto.

Ouvi atentamente o Deputado Cartário nas suas exposições e compreendi que a sua preocupação não é com o transporte, mas sim com o DSTC; porque a minha maneira de pensar, de analisar, vou dizer o seguinte, por exemplo, estes dias vi o Dr. Nizan, grande Secretário da Saúde, percorrendo o Paraná, onde ele vê que um hospital é falho, ele vai lá, fecha e toma as devidas providências e as pessoas são obrigadas a reparar isto, aquilo, etc. Então, existe uma fiscalização. Esta fiscalização tem que ser obedecida. Se ela foi criada, ela tem que ter a decência, a moral de fazer-se respeitar.

Agora, se temos o DSTC, para quê serve? Para fiscalizar? Se uma empresa vai mal, puna-se a empresa. Se ela não cumpre com suas obrigações, ela tem que ser chamada às barras da lei. Se existe lei dentro do DSTC, que faça cumprir a lei. Se aquele que está à frente do DSTC não faz cumprir a lei, destitua-o do cargo e coloque uma pessoa que faça cumprir a lei. Para isto serve o DSTC: fiscalizar a empresa que não presta. Com caráter, com decência, um trabalho que vai de encontro ao usuário, aquele que paga sua passagem e que tem o seu direito de gritar, de exigir, quando vê que a empresa não está lhe fornecendo aquilo que ele pagou no guichê de determinada empresa de transporte.

Analisando após ouvir o Deputado Cartário, o projeto do Deputado Neivo, acho que é um projeto, - como já disse outro dia, que deveríamos analisar melhor, poderíamos emendá-lo, poderíamos criar um substitutivo. Não quero aqui ser dono da verdade; não vou copiar projeto deste ou daquele, estou aprendendo, acho que estou aqui também para aprender não é porque sou o Deputado mais votado que sou dono da verdade, não é por aí...temos que aprender, analisar, avaliar, ver, porque não é brincadeira. Não entendo isto como um monopólio, o que está acontecendo no Paraná. Monopólio, corrijam-me se estiver errado, para mim, é uma ou duas empresas. Monopólio, no meu entender, mono, pode ser uma. Temos hoje no Paraná, segundo dados, 32 empresas de transporte, de grande, médio e

pequeno porte, 32 empresas. E vale salientar Senhores Deputados, que essas empresas geram emprego. Atente, Deputado Toti, elas geram emprego, tem empresas do Sul, do Sudoeste, do Oeste. Eu era criança, me criei em Londrina, não existia asfalto nesse Paraná, eu vi gente começar com pequeno ônibus, trabalhando, amassando barro, tentando fazer com que esse Paraná caminhasse de encontro ao seu grande destino.

Hoje nós temos um Paraná forte, nós estamos caminhando de encontro ao nosso grande destino. Então, eu não concordo quando se fala que nós temos um grande monopólio, que nós temos um monopólio no Estado do Paraná, não. Nós temos 32 empresários acredito eu, ou com vários sócios, ou com um só, que começaram plantando no Paraná, que começaram quando? É muito fácil, quando não existia, Deputado Bona Turra, asfalto no Paraná.

Eu me lembro de Maringá à Paranavaí, de Maringá à Campo Mourão, quantas vezes eu vinha de ônibus e chegava no Restaurante Fim da Picada, todo mundo se lembra do Restaurante Fim da Picada, foi o mais famoso restaurante da história do Paraná, da Cidade Canção, o Deputado Paulo Maia se lembra, nós chegávamos de ônibus, pretos de pó, sujos, e parávamos no Restaurante Fim da Picada, naquela época não existia asfalto no Paraná. E esses empresários acreditaram no Paraná, aplicaram no Paraná. Sabiam que esse Estado iria caminhar de encontro ao seu grande destino.

Agora é fácil, agora está bem, naquela época era carne de pescoço, agora é filé mignon, agora está tudo asfaltado, o Richa asfaltou, Canet asfaltou, Ney Braga asfaltou, o Governador Roberto Requião terminando alguns itens que faltam. Agora é fácil chegar aqui, entrar numa concorrência e pegar o grande filé mignon; agora é lindo, é maravilhoso você sair daqui ir até Maringá no asfalto. Duro era antes, no passado, lá atrás quando essas empresas começaram a plantar no Paraná, começaram a acreditar no desbravamento. Eu me lembro que muitos deles, Deputado Bona Turra, abriram estradas, li um livro do jornalista Domingos Pelegrini. Leiam, eu tenho no meu gabinete, contando como se abriam as estradas do Paraná para que o ônibus pudesse passar.

Eu me lembro um livro editado por um grande jornalista que Londrina deu ao Paraná e ao Brasil, Domingos Pelegrini Júnior, narrando quando um pioneiro da minha cidade, da minha Londrina onde nasceram os meus filhos e netos, todos de Londrina.

Lá, onde eu sou realmente o pé vermelho, peção vermelho mesmo. Eu lembro de um finado Celso Garcia Cid, não estou autorizado para falar em nome dele, em nome de ninguém, mas o livro, Deputado Ernani,

conta quando o Celso veio e começou a abrir as primeiras picadas, as primeiras estradas que os ônibus pudessem passar, porque ele acreditava na minha Londrina, ele acreditava que Londrina seria a segunda cidade ou, talvez, a primeira desse País, como Curitiba que me adotou também é uma grande capital deste País.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que o horário reservado ao encaminhamento de votação a V. Exa. está terminado. Concede um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Estou começando o meu discurso. Não vai dar!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra por dez minutos.

O SR. LUIZ H. B. TURRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Decorre da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Paraná a natureza pública dos serviços de transportes coletivos municipal e intermunicipal. É uma das áreas que, por definição constitucional, deve fazer-se presente o Poder Executivo através dos seus instrumentos de fiscalização: matéria sobre a qual deve legislar o Poder Legislativo e judicar o Poder Judiciário.

Em recente cautelar concedida a empresários do transporte coletivo intermunicipal da região metropolitana de Curitiba, juizado dessa capital resolve deferir "in limine" majoração das tarifas por suposto desequilíbrio econômico-financeiro e arrocho que estaria sendo promovido pela lavra do Poder Executivo.

Esta decisão do Juizado Público da capital do Estado veio revogada por ato de correição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Estamos, portanto, Sr. Presidente, a tratar de matéria de relevante interesse público. Parece-me, há aqui o que se poderia denominar de excesso de paixão ou então por fantasiosa e superficial tensão à matéria sobre a qual não há tensão objetiva.

Afirmar semana passada, e afirmo agora que, ainda que aprovado o projeto de lei da lavra do Deputado Neivo Beraldin, os interesses das empresas ditas tradicionais, que de longa data operam linhas no Estado do Paraná, não serão alcançadas. Ainda que aprovada a lei da lavra do Deputado Neivo Beraldin, os direitos, ditos adquiridos, pelas empresas, ditas tradicionais, não serão atingidos por razão óbvia que decorre do Artigo 146, § 3º da Constituição do Estado do Paraná.

A Constituição do Estado do Paraná bem ou mal, e ao meu ver mal, decidiu em 89 que às empresas, ditas tradicionais, assegura-se o direito de continuarem prestando serviços nas linhas que vinham prestando, mesmo naqueles casos em que se estivesse vencido o procedimento de concessão.

Portanto, estranho muito que a defesa contrária à aprovação desse projeto se dê de um modo tão apaixonado como se, de fato, em jogo estivessem interesses dos empresários de firmas tradicionais no setor de transporte intermunicipal. O que pretende e é importante isso, Sr. Presidente, o que pretende o projeto de lei do Deputado Neivo Beraldin, pretende consolidar num só dispositivo, num só código, num só regulamento o conjunto da legislação relativo ao setor de transporte coletivo intermunicipal.

Temos hoje regulamento próprio decretado pelo Poder Executivo do Estado. A Constituição Estadual e também a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei 8485/87 e inúmeras outras legislações - esparsas, que deveriam por esse Projeto de consolidadas num só regulamento. Este regulamento parte e daí a idéia fundamental da necessidade de disciplinar as três temáticas estruturantes do transporte coletivo intermunicipal: custo, qualidade e licitação.

É evidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a disciplina dessa matéria por força da Constituição do Estado, pois do mesmo modo que a Constituição do Estado assegura às empresas ditas tradicionais, a operação das linhas que vinham operando quando da promulgação da Constituição, por respeito à Constituição devemos legislar complementarmente para disciplinar a matéria.

Essa matéria vem disciplinar por decreto entre nós e o que pretende o Projeto do Deputado Neivo Beraldin é transpor o decreto que foi exarado pelo então Governador Álvaro Dias para a esfera legislativa complementar. Editar essa legislação é dever do Poder Legislativo. Poder Legislativo.

Posso compreender que em relação a esse Projeto e sobre isso já me manifestei ao Deputado Neivo Beraldin, devemos fazer emendas ou mesmo substitutivo geral. Posso dizer que em relação a um dos artigos - aquele que especificamente trata de procedimento de licitação exigível para as concessões e permissões - há que se proceder o reparo necessário e esse reparo decorre da Lei nº 8666 recentemente editada e que diz e concerne às licitações e contratos administrativos.

Diz o regulamento proposto em Lei pelo Deputado Neivo Beraldin que: as concessões seriam feitas e processadas mediante lici-

tação e que na hipótese de empate o critério primeiro de desempate seria a sede social da empresa. Evidentemente este dispositivo contraria a legislação federal pertinente à matéria, porque diz que nos casos de empate, necessariamente o critério de desempate é o sorteio.

Posso entender divergências pontuais ou mesmo sistêmicas em relação ao projeto de lei apresentado pelo Deputado Neivo Beraldin, mas não posso entender nem compreender a mera rejeição da matéria sem que nada, em seu lugar, seja proposto.

Tive a oportunidade de manifestar ao Deputado Heinz Herwig como também ao Deputado Nelson Justus. Se nós, no plano imediato com a aprovação em primeira discussão, porque se no Projeto de Lei se tem o pronunciamento da CCJ - constitucionalidade, poderemos na segunda discussão tratar dos aspectos técnicos, administrativos e políticos jurídicos relativos ao Projeto. Não vejo porque a rejeição sumária de um projeto que visa legislar complementarmente conforme exigência da Constituição Estadual.

Creio até, e há aí engano - Sr. Presidente, talvez os empresários tenham a impressão de que interesses consolidados no setor serão alcançados e não serão, não porque não deveriam ser alcançados mas porque não podem ser alcançados por força da Constituição do Estado do Paraná, que elegeu e erigiu em artigo constitucional direito adquirido para as empresas concessionárias e permissionárias ou outras que tenham tido a delegação pelo Estado de serviços de transporte coletivo intermunicipal.

Não serão, Sr. Presidente, alcançadas as empresas ditas tradicionais.

Portanto, não pode, à frente o interesse de setores e firmas ditas tradicionais recusar-se o Poder Legislativo de editar a legislação complementar sobre a matéria. Há engodo, há uma falsa discussão e há, na verdade, uma manifestação sobre esta matéria. Todos devemos estar de acordo porque assim é o sistema jurídico brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos.)

A Presidência informa que o horário para encaminhamento de votação de V. Exa. está terminado e concede um minuto para concluir.

O SR. LUIZ H. B. TURRA - Todos estamos de acordo, Sr. Presidente que as concessões e permissões devem ser antecedidas da necessária licitação. E nisto, tenho certeza também, a grande maioria do empresarial paraense está de acordo. O que devemos é aproveitar este momento para a

normalização do setor. Não podem imaginar os senhores empresários - e tenho certeza não imaginam - que um direito erigido pela Constituição como um direito adquirido não vá sucumbir perante o Supremo Tribunal Federal.

Está dada a oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de exercermos a normalização no setor, de regularizarmos o conjunto das concessões e permissões do Estado do Paraná e assegurarmos com isto os interesses dos consumidores e contribuintes paranaenses e, inclusive, os interesses dos próprios empresários profissionais atuantes no setor.

Esta é uma necessidade! Este é um imperativo! Votar uma legislação complementar de interesse do Estado do Paraná.

(Ê-lhe tirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell, por 10 minutos.

A Mesa informa ao Plenário que haverá mais um Deputado a falar como último inscrito para encaminhar a votação, que é o Deputado Neivo Beraldin.

Tem a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Queremos aproveitar o encaminhamento da votação para explicitar e registrar nos Anais da Casa o que será, em termos gerais, a proposta sobre esse substitutivo que o Partido dos Trabalhadores irá apresentar a esta matéria em votação, e faremos com a devida antecedência porque não sabemos o destino deste Projeto.

Este projeto, sendo votado e aprovado em 1.ª discussão, permitirá que o assunto possa ser debatido, emendado e aperfeiçoado por esta Casa. Se o projeto for rejeitado não teremos, salvo um esforço muito grande, oportunidade nesta Legislatura de analisar e debater esta questão.

Digo isto porque tenho ouvido alguns argumentos e me perdoe o Deputado Bona Turra que nos antecedeu, - este projeto tem um componente ideológico e um componente técnico. O componente ideológico é a argumentação que procura criar na tradição um determinado direito adquirido. Estamos com esta argumentação, e que muitos Deputados fazem aqui, que é uma argumentação até provida de algum raciocínio lógico, estamos, na verdade, retroagindo no período da Idade Média, onde também os senhores feudais procuravam manter os seus feudos, as suas propriedades porque defendiam as propriedades dos ataques dos estrangeiros. E, muitas vezes, até com o sacrifício de suas vidas, dos integrantes da sua corte que eram chamados a defender as suas propriedades.

Mas, teve que vir a Revolução Burguesa para que este direito fosse questionado, e através de um processo revolucionário, pudesse ser democratizada a propriedade. O argumento de que o pioneirismo na exploração deste transporte deve determinar a sua manutenção "ad eternum", também não procede.

Muitos foram, também, os paranaenses pioneiros, que vieram ao Paraná no lombo de cavalos e em carroças, e que depois perderam as suas propriedades para "grileiros", aqui também. Então, poderíamos com este mesmo raciocínio, invocar o direito de cada paranaense pioneiro desbravador, que ele também tivesse um pedacinho de terra para morar. Quantos paranaenses foram para o Paraguai, em Rondônia, no Mato Grosso, porque foram expulsos de suas terras?

Então, o capitalismo moderno, o desenvolvimento do capitalismo, deve e necessariamente passa pela competição. Porque se não for assim, nós iremos implantar um cartório definitivo, que em última análise irá impedir o desenvolvimento do sistema de transporte coletivo, com prejuízos ao usuário e em consequência ao interesse público.

E o projeto do Deputado Neivo Beraldin, é bom que se diga aqui e se registre a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para nós este Projeto é semelhante a um zangão, que na colméia, depois dele cumprir sua função, é executado, porque nada mais ele tem para servir.

Assim é o projeto do Deputado Neivo. Ele é apenas a "carona" que precisamos, aprová-lo em primeira discussão, para em segunda discussão colocarmos um substitutivo. E quais são, objetivamente, os pontos fundamentais do Substitutivo que o PT entende deva ser aprovado? Primeiro: o projeto do Deputado Neivo não contempla a modalidade do regime de permissão. Apenas a possibilidade do regime de concessão, e excepcionalmente autorização.

Concessão significa que o Estado irá dar, por um prazo determinado, sem direito de retorno, criando um direito real para o empresário, sobre uma determinada linha, e onde o Estado terá uma influência muito pequena na modificação do contrato que foi firmado.

Já o contrato de permissão é um contrato que pela sua natureza mais precária, permite uma intervenção maior do Poder Executivo sobre o sistema de transporte coletivo, permitindo, inclusive, que este sistema permanentemente adaptado, revisto, de acordo com as necessidades.

E aí, um determinado Deputado me dizia o seguinte: olha, existem determinadas cidades onde existem linhas que não são rentáveis e lá tem um pequeno empresário,

com um ou dois ônibus, andando em estrada de chão, para atender a uma determinada população. Isto, entendemos que é correto, até para certos casos excepcionais, um regime de concessão. Onde o empresário terá garantida a exclusividade de uma determinada linha, onde ele poderá programar o seu investimento, tendo a certeza do retorno.

Uma linha com baixa rentabilidade não permite a sobrevivência, porque se entram duas empresas ou mais, inviabilizam-se todas. Aí, sim, é possível se permitir e se aceitar que o regime de concessão se estabeleça, protegendo o empresário, para que ele possa ter o retorno do seu capital investido.

O mesmo até pode ocorrer com a permissão. Mas existem muitas linhas no Paraná, que não se justifica a concessão. São linhas altamente rentáveis, com enorme fluxo de passageiros e que permitem a saudável concorrência no serviço público, concorrência esta que poderá significar uma melhoria na qualidade de atendimento ao usuário, da prestação de serviços, e poderá até se estabelecer um preço máximo, para que esta concorrência signifique objetivamente, uma diminuição no custo da tarifa do sistema de transporte coletivo intermunicipal do Estado do Paraná. Mais do que isso: é preciso que se consigne, com toda clareza e se incorpore nas planilhas de custo do sistema de transporte intermunicipal, as receitas que são provenientes da aplicação financeira e principalmente as receitas provenientes do transporte de cargas e encomendas.

Não é por acaso que hoje os ônibus em geral são ônibus com bagageiros enormes, são ônibus altos, exatamente para possibilitar que sejam transportados encomendas, fazendo inclusive concorrência com empresas de cargas, onde entra no custo da planilha apenas a receita proveniente muitas vezes dos passageiros que são transportados.

Entendemos também fundamentalmente que uma nova lei que regulamente o transporte coletivo intermunicipal não deva ser uma lei detalhada. Ela deve trazer genericamente as linhas e a idéia fundamental de como poderá operar o sistema de transporte coletivo intermunicipal, flexibilizando e permitindo ao órgão responsável, no caso o DSTC, que ele possa organizar o sistema adequadamente.

Sabemos que a própria concorrência, a licitação dessas linhas poderá permitir ao DSTC dentro de um planejamento, fazer com que as empresas interessadas nas linhas mais rentáveis sejam obrigadas a operar também linhas que sejam deficitárias, mas que precisam ser atendidas porque delas depende o deslocamento de populações que

vivem em regiões remotas do Paraná.

Se garantirmos um bom sistema de transporte coletivo a todas as regiões do Paraná, estaremos inclusive, contribuindo para diminuir o fenômeno do êxodo rural, porque muitas famílias saem do campo exatamente porque não têm condições de se deslocar até os grandes centros, não têm o conforto necessário para permanecerem no campo e com isto acabam migrando para as grandes cidades, acumulando ainda mais os problemas sociais.

Quero concluir dizendo que em linhas gerais é esta a idéia que nós do Partido dos Trabalhadores defendemos para o nosso sistema de transporte intermunicipal no Paraná. Temos que acabar com os cartórios, temos que permitir até que os empresários que têm talento, verdadeiramente, que tenham idéias, que possam trazer estas idéias para melhorar o sistema, para baratear o custo, que eles possam concorrer sim e para isto é preciso...

(Término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência comunica que o horário reservado a encaminhamento de votação está terminado e lhe concede um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço, Sr. Presidente.

Então, precisamos flexibilizar, precisamos abrir, precisamos reorganizar, e acredito que esta Casa tem a obrigação ética e moral e a coragem de discutir esse projeto. Digo isto para concluir, porque não podemos mais permitir que o debate deste projeto se transforme numa suspeita generalizada de influência do poder econômico, onde uns acusam outros de querer manter como está e aqueles que são acusados acusam o seu acusador de estar fazendo o jogo de quem quer entrar no sistema...

(Término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como

último orador inscrito para encaminhar a votação, a Mesa concede a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, registrando neste momento com satisfação a presença dos Vereadores de Almirante Tamandaré, João Carlos Bugalski e Benito Busato, por solicitação do Deputado Nelson Justus.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin por dez minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, na verdade o que apresento à Casa é o novo regulamento para o transporte coletivo intermunicipal. São mais de 60 páginas, elaboradas, escritas por um Governo passado, chamado Governo

Álvaro Dias. É o novo regulamento, aliás, é o primeiro regulamento que a Assembléia Legislativa do Paraná estará votando sobre o setor de transporte coletivo intermunicipal, assunto que interessa muito de perto à população, o usuário do transporte coletivo do Paraná. Pela primeira vez a Assembléia do Paraná pode votar um novo regulamento e o Artigo 146 da Constituição é muito claro, quando diz que esse assunto deve ser tratado e deve ser apresentado à Casa em forma de Lei Complementar. Este é um Projeto de Lei Complementar. A Assembléia Legislativa do Paraná teve quatro anos para analisá-lo, modificá-lo e discutí-lo porque em todas as Comissões da Casa, esse projeto deve ter passado, inclusive pela Comissão de Legislação e Justiça, que trata da parte constitucional. Todos esses dias estamos aqui a discutir esse assunto. O que tem o Paraná como cartilha no transporte coletivo é esse decreto, que leva estampado na sua capa, o símbolo do Sindicato que monopoliza a RODOPAR. Está aí, não estou mentindo. Decreto elaborado em 1965 e emendado através de decretos, de decretos e mais decretos. Ora Senhores Deputados, estamos com direito de sentar em cada cadeira cada um, eleitos pelo voto popular e quando chamados para discutir tamanha questão, temos que sentar à mesa, analisar pelo bem do Paraná. Vejo à mesa o ex-Secretário de Transportes de três governos, que aliás, no último governo, Álvaro Dias, ocupou a Secretaria de Transportes e foi um dos que assinou para esta Casa, este projeto de lei. Mas não só assinou enquanto Executivo. Assinou enquanto Parlamentar do início da Legislatura. Mas nesta Casa, por isso é que é importante, que cada cidadão que ocupa uma cadeira no Poder Executivo, num órgão público, deva passar numa Câmara de Vereadores ou numa Assembléia Legislativa, porque aqui é que transparece o cidadão. O Deputado Heinz me decepcionou. Me decepcionou porque escreveu e ajudou a remeter, aliás, no Governo Álvaro Dias foram criadas novas linhas e graças a esse regulamento, a Justiça determinou o fim das novas linhas, porque está garantido o direito das empresas que exploram com exclusividade, dar continuidade aos mesmos serviços. Na Constituição do Estado, para vergonha nossa, está garantido no Artigo 146 que fica assegurado o direito das empresas dar continuidade aos mesmos serviços, com contrato vencido ou por vencer. Falam alguns que não há monopólio no Paraná. Ora Senhores Deputados, se quisermos viajar para o litoral do Paraná, me apresente uma nova opção senão a Empresa Graciosa. Se quisermos viajar para os Campos Gerais e pagar uma passagem até Ponta Grossa, me apresente uma outra empresa senão a Prin-

cesa dos Campos. Se quisermos viajar para Londrina, para o norte do Paraná, me apresente uma outra empresa, senão a Garcia que criou microempresas para pequenos trechos, mas é um monopólio claro e evidente. Se quisermos ir para Foz do Iguaçu - fiz uma pesquisa e tenho refeito semanalmente, - contratando ônibus de luxo, vamos pagar um terço da passagem que se paga hoje com os ônibus de linha, sem contar o faturamento com as bagagens. Vamos fazer de conta que o que estou falando aqui não está certo. Vamos nos reunir, enquanto partidos políticos, enquanto Deputados eleitos pela população e vamos emendar o projeto, se é que ele merece remendos! Mas vamos votar aqui, os 54 Deputados, para ver quem é a favor do monopólio e quem é contra.

Recentemente a revista "Veja" de São Paulo fez uma matéria enorme relatando a vida de cada empresário, relatando o faturamento de cada empresa. Não estou mentindo, está aqui, já distribuí à imprensa e aos Senhores Deputados para que verifiquem que um cidadão que era dono de uma lanchonete e que via um ônibus passar em frente, entendeu que este era o maior negócio. Se reuniu com dois, três amigos, comprou alguns ônibus e passou a explorar o setor. Hoje é mais um milionário.

É claro que temos que discutir, que analisar! É claro que o Deputado Heinz, como um dos autores deste projeto, poderá emendá-lo, porque tem competência para isto e apenas ter boas intenções, chamar os Senhores Deputados e dizer: aqui falta este ou aquele artigo! É claro que os empresários poderão ser chamados! Evidente que sem caracterizar uma pressão enorme sobre nossas cabeças... porque não consigo nem mais andar nesta Casa que ficam nos encarando com olho que parece que querem nos comer! E sou eleito pelo povo, tenho que falar pelo povo. E falo com os empresários, mas com decência, com dignidade, com vontade de servir ao povo do Paraná. Não com pressão. Jamais com pressão. E esta Casa há, se Deus quiser, de discutir este projeto com a sua maioria, porque só assim teremos um projeto analisado com consciência da Assembléia Legislativa. É o que espero.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o encaminhamento de votação, passaremos à votação deste projeto.

A Mesa informa a este Plenário que em cumprimento ao que estabelece o Regimento da Casa, se porventura este projeto não for apreciado no dia de hoje e retornar amanhã em fase de votação, como retornou hoje, os Senhores Deputados que procederam o encaminhamento de votação no dia de hoje, não poderão fazê-lo no dia de amanhã, com exceção apenas do Deputado Luiz Carlos

Zuk, que poderá ainda usar da palavra, se assim o desejar, em outras sessões, na condição de relator da Comissão de Finanças.

O SR. DR. ROSINHA - Pela Ordem. Só para esclarecer. Baseado em que artigo do Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Artigo 174: "Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez".

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Questão de ordem. Senhor Presidente, pelo que estamos notando, mais uma vez não teremos quórum para votação do referido projeto.

Vejam bem, não temos 28 Deputados em Plenário.

Estamos levando esse projeto há muito tempo, estamos desrespeitando outras matérias de prioridade dessa Casa. Invoco que a Mesa faça valer o Artigo 59 do nosso Regimento Interno que diz o seguinte: "O Deputado que deixar de votar, a não ser que tenha sido declarado impedido, deixará de receber um trinta avos do subsídio e da representação, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número".

Gostaríamos de ver terminada essa história, gostaríamos de encerrar esse assunto, temos vários Projetos de suplementação, vários Projetos de aumento aos servidores públicos, e gostaríamos de um basta a essa novela, porque estamos acompanhando, estamos vendo algumas intervenções inteligentes e outras intervenções que deixam muito a desejar. Gostaríamos de dizer que uma Lei de 60 páginas é gozação, uma Lei complexa aonde só vai fazer confundir a opinião de quem a usa. Por isso, Senhor Presidente, a coisa é séria. Já disse o jornalista Luiz Geraldo Mazza que a Assembleia está virando um "apêndice" do Executivo. O que queremos? Queremos votar, exercer o mandato que o povo nos deu, queremos definições, chega de enrolação, Senhor Presidente, por favor, faça usar a sua autoridade e chega de enrolação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Fregonese que fará cumprir o que dispõe o Artigo 59 do nosso Regimento Interno.

Essa Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário, Deputado Anibal Khury para que proceda a Chamada Nominal dos Senhores Deputados para a votação do Projeto de Lei nº 44/91, lembrando aos Senhores Deputados que ao serem chamados deverão se colocar de pé, e se forem favoráveis ao Projeto responder Sim, se forem contrários responder Não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede a Chamada Nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Declaração de Voto) - O nobre Jornalista Luiz Geraldo Mazza no seu artigo de hoje no Jornal Indústria e Comércio disse que eu era um dos empresários do Transporte Coletivo, mas que pelo menos tinha coragem de dizer que era.

Então, quero dizer que vou votar contrariamente ao projeto exatamente por não ser empresário de transporte coletivo intermunicipal e por achar o projeto muito simplista, um projeto que fere direitos adquiridos através de décadas e décadas de trabalho.

Acho que se querem regulamentar o transporte coletivo intermunicipal, teria que ser uma Mensagem do Governador do Estado, mas uma mensagem calcada em dados técnicos que pudesse efetivamente trazer algum benefício ao povo do Paraná; um projeto simplista como este não pode levar o meu voto, porque sou um homem consciente ao exarar os votos, e isso tenho feito sempre ao longo da minha vida pública.

Voto contrariamente a esse projeto por este motivo.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de invocar o Artigo 166 do nosso Regimento Interno, § 2º, que diz o seguinte:

- É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votado uma proposição ou parte da mesma, caso haja votado por ocasião de verificação correspondente.

Senhor Presidente, gostaria que o Senhor, usando das prerrogativas da Mesa, considerasse presentes os Deputados que fizeram o encaminhamento e os Deputados que se retiraram durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 26 (vinte e seis)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e seis dos Srs. Deputados votaram. Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o artigo 166 não cabe?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O artigo 166, § 2º, diz o seguinte: "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma, e caso haja votado por ocasião de verificação correspondente".

Estávamos em encaminhamento de votação. Os Deputados que se retiraram, retiraram-se antes de iniciado o processo de votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE- Senhor Presidente, não quero questionar sua autoridade. Muito pelo contrário. Mas, vejam bem, os Deputados Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino, Bona Turra e Neivo Beraldin, já havia começado a votação - e também Geraldo Cartário - eles se retiraram do Plenário.

Sr. Presidente, não fui um dos Deputados que escreveu o "livrinho". Mas, leio na cartilha que foi feita na legislatura passada. Gostaria que o Sr. reconsiderasse a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa mantém sua decisão. E caso V.. Exa. assim deseje, poderá recorrer da decisão ao Plenário.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 250/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell. Dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 75 de 09.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 250/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria dos nobres Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, dispõe sobre a comercialização e recebimento do fumo na fonte de produção, na forma em que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do egrégio Plenário desta Casa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 250/93

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, o Projeto de Lei n° 250/93, ora sen-

do examinado por este relator, dispõe sobre a comercialização e recebimento do fumo na fonte de produção, na forma que especifica.

Como resultado da análise, nada foi encontrado que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.07.93

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 454/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 043/93. Cria cargo de provimento em comissão de Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 119 de 31.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 454/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de iniciativa do Governo do Estado, objetiva criar um cargo de provimento em comissão de Diretor-Técnico, do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica.

Analisada sob os ângulos a qual esta Comissão chamada a opinar, não encontramos obstáculos que a impeçam de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis, emitindo portanto, parecer favorável à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 454/93

P A R E C E R:

O plano de lei logrou parecer favorável da C.C.J.. No âmbito dessa Comissão, não vemos qualquer óbice à normal tramitação do Projeto-Lei, opinando favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 21.09.93

(a) ALCEU SWAROWSKI - Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 455/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/93. Aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 119, de

31.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 455/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 455/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 046/93, de autoria do Poder Executivo tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Da análise do referido projeto em razão do não haver nenhum óbice de natureza constitucional legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 455/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 046/93, que tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 455/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 046/93, visa aprovar crédito suplementar no montante de CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Ao indicar como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotações da própria entidade; a iniciativa está a atender as disposições constitucionais e legais, atinentes à matéria orçamentária, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.93

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Gostaria de uma consulta à Mesa, se na data de amanhã vale a Proposição de recorrer ao Plenário, já que não temos quórum, na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.

Exa. poderá, novamente, formalizar a Questão de Ordem e da decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário.

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 460/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/93. Aprova crédito suplementar no valor de CR\$18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo, visando atender despesas com manutenção da Casa Civil no decorrer do exercício de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 120 de 01.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 460/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 048/93, o Projeto de Lei n° 460/93 tem por finalidade a aprovação de crédito suplementar no valor de CR\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender despesas com manutenção da Casa Civil no decorrer do exercício de 1993.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 460/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem n° 048/93, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo visando atender despesas com manutenção da Casa Civil no decorrer do exercício de 1993.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 460/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 048/93, visa a aprovação por essa Casa, de crédito suplementar no valor de CR\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender despesas com manutenção da Casa Civil em 1993.

Ao indicar como recurso para cobertura do referido crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação no próprio órgão atende às disposições constitucionais e legais, atinentes à matéria orçamentária, razão pela qual opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 521/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem 058/93. Reajusta, a partir de 1°/09/93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, do Magistério Público Estadual de 1° e 2° graus, salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9198/90. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 521/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade reajustar os vencimentos, a partir de 1° de setembro de 1993, dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, do Magistério Público Estadual, salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e salários do pessoal contratado.

Analisando o referido projeto, sob o aspecto legal constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 521/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 058/93, o presente plano de lei objetiva a reajustar, a partir de 1° de setembro de 1993, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, do Magistério Público Estadual de 1° e 2° graus, salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9198/90.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, o que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

Os Projetos de Lei n°s 522, 523 e 525/93, retornam amanhã, ainda em discussão, por estarem sendo apresentados requerimentos solicitando adiamento de votação.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 524/93, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. Fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1° de setembro de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo I. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 128, de 22.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 524/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Ministério Público, tem por finalidade reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1° de setembro de 1993.

Analisando a referida proposição, sob o aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 524/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por finalidade fixar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1º de setembro de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo I.

A matéria em análise recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 3678, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3679, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3683, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento nº 3684, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoioamento dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3687, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 051, 053, 056 e 057/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273/92, 021, 108, 209, 275, 333, 359, 383, 391, 397, 400, 412, 419, 420, 422, 423, 424, 426, 431, 433, 436, 440, 441, 443, 448, 450, 452, 456, 457 e 462/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 044/91.
e dos de Lei nºs: 181, 250, 261, 372, 417, 429, 454, 455, 460, 521 e 524/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 127/92.
e dos de Lei nºs: 294, 327/92, 017, 053, 111, 225, 378, 427, 495, 522, 523 e 525/93.
e dos de Resolução nºs: 013, 014, 016 e 017/93.

Levanta-se a sessão.